SINDINÉIA ROSA DE OLIVEIRA

DO CAMPO A MESA ESCOLAR: PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA CONSTRUÇÃO DE NOVOS HÁBITOS ALIMENTARES DOS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Dissertação de Mestrado

ALTA FLORESTA-MT

2024

	SINDINÉIA ROSA DE OLIVEIRA	Diss. MESTRADO	PPGBioAgro 2024

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO FACULDADE DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIODIVERSIDADE E AGROECOSSISTEMAS AMAZÔNICOS

SINDINÉIA ROSA DE OLIVEIRA

DO CAMPO A MESA ESCOLAR: PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA CONSTRUÇÃO DE NOVOS HÁBITOS ALIMENTARES DOS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Agroecossistemas Amazônicos, para a obtenção do título de Mestre em Biodiversidade e Agroecossistemas Amazônicos.

Orientador: Prof. Dr. Vinícius Augusto Morais

ALTA FLORESTA-MT

2024

AUTORIZO A DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO, CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Ficha catalográfica elaborada pela Supervisão de Bibliotecas da UNEMAT
Catalogação de Publicação na Fonte. UNEMAT - Unidade padrão

Oliveira, Sindinéia Rosa de.
Do campo à mesa escolar: produtos da agricultura familiar na construção de novos hábitos alimentares dos estudantes da rede municipal de ensino / Sindinéia Rosa de Oliveira. - Alta Floresta, 2025.
36f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado", Biodiversidade e Agroecossistemas Amazônicos/AFL-PPGBIOAGRO - Alta Floresta - Mestrado Acadêmico, Campus Universitário De Alta Floresta.
Orientador: Vinícius Augusto Morais.

1. Alimentação Escolar. 2. Hábitos Alimentares. 3. Práticas Pedagógicas. 4. Programa Nacional de Alimentação Escolar. I. Morais, Vinícius Augusto. II. Título.

UNEMAT / MT-SCB CDU 37:612.2/.3(81)

DO CAMPO A MESA ESCOLAR: PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA CONSTRUÇÃO DE NOVOS HÁBITOS ALIMENTARES DOS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Sindinéia Rosa de Oliveira

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Agroecossistemas Amazônicos, para a obtenção do título de Mestre em Biodiversidade e Agroecossistemas Amazônicos.

Aprovada em 04 de dezembro de 2024:

Prof. Dr. Vinícius Augusto Morais

Orientador – UNEMAT/PPGBioAgro

Prof. Dr. Alexndre de Azevedo Olival

UNEMAT/PPGBioAgro

Prof. Dr. David Rojas

University Bucknell

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu esposo Jeferson Dairo da Costa, meus filhos Hellen Caroline B. de Oliveira Moreno e Lucas Gustavo de Oliveira da Costa, meu genro Diony Wesley Moreno e a minha pequena preciosa neta Valentina de Oliveira Moreno que sempre apoiaram e compreenderam a minha ausência no decorrer destes dois anos de estudos.

Agradeço a meu orientador professor Doutor Vinícius Augusto Morais por ter aceito me conduzir no caminho da pesquisa, com a maestria que somente os grandes e valorosos educadores tem.

Ao professor Doutor Alexandre de Azevedo Olival por todo auxilio na construção deste trabalho.

Agradeço à Universidade do Estado de Mato Grosso(UNEMAT), ao Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Agroecossistemas Amazônicos (PPGBioAgro), em especial aos professores que transmitiram seus conhecimentos com dedicação de profissionalismo.

Agradeço ao Executivo do Município de Alta Floresta (MT), que em conformidade da Lei Municipal 931/1999, me autorizou e liberou para Qualificação Profissional.

Agradeço as equipes gestoras, estudantes e pais das 06 (seis) escolas públicas municipal, por abrirem as portas para a realização desta pesquisa.

Agradeço especialmente aos colegas Camila Carolina Arruda, Karine Cristina do Nascimento Mallmann, Adriano Campos, Denise Fiametti, Évelin Borba Barros, Keila Lilian Silva Sales e Elisangela Sodré por estarem sempre ao meu lado no decorrer de toda a pesquisa e a todos os colegas da turma de Mestrado de 2023 pela cooperação durante o cumprimento dos créditos e realização de trabalhos.

Por fim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para realização deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS v

LISTA DE QUADROS vi

LISTA DE GRÁFICOS vii

RESUMO viii

ABSTRACT ix

1. INTRODUÇÃO 1

2. REVISÃO DE LITERATURA 3

2.1 Direitos fundamentais, direitos sociais na Constituição Federal Brasileira de 1988 3

2.2 Alimentação escolar e sua previsão legal 4

2.3 PNAE e agricultura familiar 5

2.4 Alimentação escolar no contexto da segurança alimentar 6

2.5 Influência das ações pedagógicas na formação de novos hábitos alimentares dos estudantes. 7

3. MATERIAIS E MÉTODO 9

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO 11

4.1 Caracterização dos entrevistados 11

4.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE 11

4.4 Ações e práticas pedagógicas que as escolas desenvolvem com o tema alimentação saudável 16

5. CONCLUSÕES 21

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 22

ANEXOS 26

ANEXO A - Questionário estruturado para os estudantes – Período Matutino .26

ANEXO B - Questionário estruturado para os estudantes – Período Vespertino 28

ANEXO C - Roteiro semiestruturado para entrevista com a gestão escolar 30

ANEXO D - Roteiro semiestruturado para a atividade de grupo focal com os pais ou responsáveis dos estudantes dos Pré-escolar II 31

LISTA DE TABELAS

TABELAS PÁGINA

1. Teste de Chi Quadrado para a frequência de estudantes que relatam terem inseridos novos alimentos em casa e diferentes variáveis pesquisadas..... 19

LISTA DE QUADROS

QUADROS PÁGINA

1. Caracterização do entrevistado..... 12
2. Aspectos Positivos e Negativos acerca do PNAE, na perspectiva dos gestores das escolas públicas da rede municipal de Alta Floresta -MT, que foram pesquisadas..... 13

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICOS PÁGINA

1. Estudantes que introduziram alimentos em casa por ser serem servidos na escola e alimentos que passaram a comer em casa..... 16

RESUMO

OLIVEIRA, Sindinéia Rosa de. M.Sc. Universidade do Estado de Mato Grosso, Janeiro de 2024. **Do campo a mesa escolar: Construção de novos hábitos alimentares dos estudantes da rede municipal de ensino a partir dos produtos da agricultura familiar.** Orientador Vinícius Augusto Morais.

A alimentação escolar é uma importante ação política voltada para promoção da segurança alimentar e nutricional dos estudantes. Esta ação é operacionalizada por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que tem como foco garantir o acesso a alimentos de qualidade oriundos da agricultura familiar por estudantes da rede pública de ensino. Através da articulação de abordagens qualitativas e quantitativas de pesquisa, buscou-se analisar a importância do PNAE na construção de novos hábitos alimentares pelos estudantes da rede pública municipal de ensino. Para isso, foram entrevistados 9 gestores escolar (direção e coordenação pedagógica), aplicados questionários junto a 94 estudantes e realizados grupos focais junto a pais ou responsáveis pelos estudantes. Através da análise da transcrição das entrevistas e grupos focais buscou-se caracterizar a percepção dos participantes frente ao PNAE e as mudanças de hábitos alimentares dos estudantes, além das práticas escolar realizadas que dialogavam com esse objetivo. Os dados quantitativos foram analisados através do teste do Qui-quadrado. Foi constatado que os estudantes estão apresentando novas preferencias por alimentos considerados saudáveis, percebidos com produtos naturais e produzidos por agricultores locais, os quais vem sendo levadas para suas famílias. O PNAE é reconhecido por gestores como uma ação relevante, porém sua eficiência na mudança dos hábitos de consumo está associada a realização de atividades pedagógicas complementares. O estudo aponta que os produtos da agricultura familiar que são servidos nas escolas públicas municipais podem favorecer na formação dos novos hábitos alimentares dos estudantes.

Palavras-chaves: Alimentação escolar; Hábitos alimentares; Práticas pedagógicas; Programa Nacional de Alimentação Escolar.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Sindinéia Rosa de. M.S. Universidade do Estado de Mato Grosso, Janeiro de 2024. **From the field to the school table: Building new eating habits among students in the municipal education system using products from family farming.** Advisor Vinícius Augusto Morais.

School feeding is an important political action aimed at promoting food and nutritional security for students. This action is implemented through the National School Feeding Program (PNAE), which aims to ensure access to quality food from family farming for students in the public school system. Through the articulation of qualitative and quantitative research approaches, we sought to analyze the importance of the PNAE in the development of new eating habits by students in the municipal public school system. To this end, 9 school administrators (directors and pedagogical coordinators) were interviewed, questionnaires were applied to 94 students, and focus groups were held with parents or guardians of students. Through the analysis of the transcripts of the interviews and focus groups, we sought to characterize the participants' perception of the PNAE and the changes in students' eating habits, in addition to the school practices carried out that dialogued with this objective. Quantitative data were analyzed using the Chi-square test. It was found that students are showing new preferences for foods considered healthy, perceived as natural products and produced by local farmers, which are being taken to their families. The PNAE is recognized by managers as a relevant action, but its efficiency in changing consumption habits is associated with the implementation of complementary pedagogical activities. The study indicates that family farming products that are served in municipal public schools can favor the formation of new eating habits among students.

Keywords: School feeding; Eating habits; Pedagogical practices; National School Feeding Program

1. INTRODUÇÃO

Para tratar do tema alimentação em sua essência, necessariamente deve se partir da compreensão de sua origem enquanto um direito social legalmente disciplinado na Constituição Federal de 1988(CF/88), portanto confere ao sujeito receber do Estado uma contra prestação para que este direito se efetive. Neste sentido, a alimentação em âmbito escolar não está somente ligada a educação alimentar e nutricional, visto que ela também promove a igualdade e a justiça social (MOURA; CIDREIRA; MORAIS, 2024).

Assim, entender o direito a alimentação é também compreender principalmente que há na existência deste direito um processo de construção social que perpassa pela história de vida de cada sujeito e que este carrega em sua essência *habitus* que foram aprendidos e que orientam suas ações. Bourdieu define *habitus* como um “sistema de disposições socialmente constituídas que enquanto estruturas, estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2007, p. 191). Desta forma, o processo de adoção ou mudança dos hábitos alimentares não é uma questão unicamente de conscientização ou vontade individual em mudar, sendo necessário que o ambiente social em que o sujeito esteja inserido oferte condições para tal mudança.

O espaço escolar é reconhecido como o ambiente ideal para a formação de diferentes aspectos da personalidade, como a construção de novos hábitos alimentares. Este processo ao ser internalizado pelo sujeito reflete no ambiente familiar e social, contribuindo, desta forma, para a introdução de novos hábitos de consumo não apenas dos estudantes, mas de toda a família, corroborando a ideia do alimento como instrumento das ações pedagógicas (PEREIRA; MOREIRA; NUNEZ, 2020)

Nas escolas a alimentação não pode ser tratada como parte da rotina comum sem relevância para a sociedade, considerando que o processo de ensino aprendizagem no espaço escola, não se limita apenas ao currículo de conteúdos descritos em diretrizes, mas também trata de questões do cotidiano, o qual contribuirá significativamente na formação do cidadão (BARBOSA et al. 2013).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE é uma política pública de caráter inovador voltado para alimentação escolar e para as ações de educação alimentar e nutricional, tendo em sua base a oferta de alimentos saudáveis e de qualidade, respeitando a cultura e tradição alimentar local. O programa também contribui fortalecendo a agricultura familiar pois determina que, no mínimo, 30% (trinta por cento) do total dos recursos financeiros recebidos para aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar devam ser utilizados na compra direta de produtos alimentícios da agricultura familiar (KROTH; GEREMIA; MUSSIO, 2020).

O PNAE vem sendo construído desde a década de 1950, sendo inicialmente assistencialista e centralizado. Em seu formato atual, que articula o apoio à agricultura familiar com a oferta de alimentos saudáveis aos estudantes, o programa tem seu amparo legal na Lei nº 11.947, de 16 de junho 2009, sendo coordenado pelo Ministério da Educação-MEC, por meio do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação-FNDE, atendendo estudantes matriculados em todas as etapas da educação básica pública (BRASIL, 2021).

Apesar de inovador e de alto potencial para impactar positivamente tanto as famílias no campo quanto estudantes das escolas, para que o PNAE cumpra seus objetivos são necessárias condições como: que o cardápio seja elaborado por nutricionista, que as tradições alimentares locais sejam respeitadas, que a base deste cardápio seja de alimentos in natura ou minimamente processados, que os produtos alimentícios da agricultura familiar estejam presentes nas refeições ofertadas e que ações pedagógicas sejam voltadas para a formação de hábitos alimentares saudáveis pelos estudantes (BRASIL, 2009).

Este trabalho objetivou analisar como o PNAE atua na construção de novos hábitos alimentares dos estudantes, bem como compreender como os produtos da agricultura familiar contribuem nessa mudança, a partir do cardápio escolar e das práticas pedagógicas que as escolas desenvolvem, entendendo quais os fatores que estimulam os estudantes a preferirem os alimentos advindos da agricultura familiar. Para isso, estuda a funcionabilidade do PNAE em escolas públicas municipais do município de Alta Floresta, norte de Mato Grosso.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Direitos fundamentais, direitos sociais na Constituição Federal Brasileira de 1988

A Constituição Federal de 1988 traz os Direitos Fundamentais como núcleo estrutural, visto a posição que ocupa no texto, traduzindo assim rigor lógico e valores superiores dentro da ordem constitucional (SARLET, 2012).

Mas afinal, o que são direitos fundamentais? Esses direitos emergem do entendimento que se tem sobre os direitos dos homens, sendo estes decorrentes da natureza humana, os quais valem para todos em qualquer tempo, Noberto Bobbio conceitua direitos dos homens da seguinte forma “Direitos do homem são aqueles cujo reconhecimento é condição necessária para o aperfeiçoamento da pessoa humana ou para o desenvolvimento da civilização etc.” (BOBBIO, 1992, p. 13). Assim podemos conceituar que os direitos fundamentais são os direitos dos homens, positivados dentro de um ordenamento jurídico.

A Constituição Federal de 1988 ao reconhecer os direitos sociais enquanto direitos fundamentais, gerou ao Estado obrigações enquanto garantidor na perspectiva da efetivação destes direitos. José Afonso Silva, trata este assunto da seguinte forma, “Assim, podemos dizer que os direitos sociais, como dimensão dos direitos fundamentais do homem, são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais”. (SILVA, 2005, p. 286 - 287).

O Artigo 6º da Constituição Federal de 1988, elenca em sua redação quais são os direitos sociais, o qual assevera o dispositivo, “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

O legislador constituinte elucida quais são os direitos que pertencem ao rol dos direitos sociais, mas direciona de forma indireta que os mecanismos que vão organizar esses direitos encontram-se em outra parte do texto constitucional.

Nesse sentido, o direito à alimentação escolar funciona como uma parte do mecanismo para a efetivação do direito a educação, considerando o Artigo 208, da Constituição Federal de 1988, que aduz “O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) VII – atendimento ao educando, em toda as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de materiais didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL,1988).

Deste modo, direito à alimentação escolar funciona como uma espécie de suplementação, aos direitos originários. Assim compete ao Estado implementar políticas públicas que estabelecessem ações intersetoriais, com intenção de impactar positivamente toda a sociedade.

2.2 Alimentação escolar e sua previsão legal

A alimentação escolar é considerada como um conjunto de refeições servidas diariamente nas escolas que ofertam o ensino básico público, mas também é compreendida como uma política educacional, que especialmente a partir da publicação da Lei nº 11 947/2009, foi inserido novos conceitos e proposto ações educativas alimentar nutricional -EAN, que abordam questões referente a alimentação, nutrição, bem como práticas educativas que promovam a construção de novos hábitos de alimentação saudável, estas ações passaram a integrar os currículos escolares (CASTRO, 2019).

A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, vem sendo escrita desde a década de 1950 onde a alimentação dos estudantes teve seu início, com a contribuição proveniente do Caixa Escolar, de cunho meramente assistencialista e centralizado.

A partir deste início o programa vem sendo melhorado e se tornando um importante instrumento na seguridade e promoção da alimentação escolar saudável.

Atualmente o PNAE figura como um mecanismo intersetorial que garante dentro da escola a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada Saudável -DHAA. O programa é reconhecido a nível mundial e tem servido como referência para outros países (SILVA, 2018).

Apesar do programa possuir arcabouço legal para seu funcionamento é imprescindível a concentração de esforços de vários setores, para que o

programa funcione com qualidade e em quantidade suficientes para atender a todos os estudantes matriculados no ensino básico, para tanto se faz necessário que haja uma distribuição de responsabilidades entre os agentes participantes que são: o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, Entidades Executoras-EEx, Unidades Escolares-UEs, Conselhos de Alimentação Escolar-CAE.

A Constituição Federal de 1988, no Artigo 211, §1º estabelece que: "A União (...) exercerá em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrões mínimo de qualidade de ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados" (BRASIL,1988).

Diante da responsabilidade posta no texto constitucional, na década de 90 o governo federal passou a realiza o repasse de recursos advindo do FNDE, aos estados, Distrito Federal e aos municípios e compete a cada um a complementação financeira para aquisição dos gêneros alimentícios que serão utilizados na alimentação escolar, impulsionando a promoção de uma alimentação de qualidade ajustada a cultura e hábitos alimentares, de cada região.

2.3 PNAE e agricultura familiar

A expressão agricultura familiar não é propriamente uma expressão atual, porém em decorrência das políticas públicas voltadas também para o fortalecimento desta categoria é que surge muitas discussões doutrinarias e legislativas, na perspectiva de tentar conceituar agricultura familiar de forma mais próxima do real.

O proposito aqui não é conceituar agricultura familiar, mas sim evidenciar que por muito tempo este setor foi visto como atrasado, e que a produção de produtos alimentares seguia uma lógica de subsistência.

Na prática, o Brasil por sua ampla territorialidade pode-se dizer que agricultura familiar abrange diversas famílias desde as muito pobres até aquelas que possuem melhores recursos, mas de fato a maioria dos agricultores familiares estão representados por pequenos agricultores (MARTINS, 2001).

Esta agricultura vivenciada por muitos agricultores por longos anos manteve-se isenta de políticas públicas que visassem beneficia-la, somente a

partir de 1990 com as transformações a nível mundial da economia, dos valores sociais e da própria política é que no Brasil, foram estabelecidas políticas que podem possibilitar também a transformação da realidade dos agricultores familiares.

Como vimos acima o PNAE é uma política governamental que serve como referência em âmbito mundial, não só por ofertar as crianças e adolescentes o acesso alimentação saudável e de qualidade, mas também por proporcionar a inclusão da agricultura familiar no conceito de alimentação adequada, valorizando assim a diversificação da agricultura familiar, bem como sua organização coletiva e econômica.

A responsabilidade financeira para movimentação do setor da agricultura familiar e também é tratada na Lei 11.947/2009, mais precisamente no artigo 14 o qual assevera que os recursos financeiros recebido para aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar, no mínimo 30 % (trinta por cento) deve ser utilizado na compra direta da agricultura familiar. O parágrafo primeiro deste artigo facilita o processo de comercialização dispensando o procedimento licitatório, porém direciona que deve obedecer aos princípios constam no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, são eles: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

O programa funciona de forma descentralizada, portanto é necessário que a sociedade civil e as comunidades escolares participem ativamente dentro de todo o processo, neste sentido a Lei 11.947/2009 também determina que os estados, Distrito Federal e municípios instituem o CAE, para atuarem como órgão fiscalizador permanente, deliberativo e de assessoramento.

2.4 Alimentação escolar no contexto da segurança alimentar

O Brasil tornou-se signatário do Pacto Internacional do Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, quando firmou compromisso de garantir o direito humano à alimentação no ano de 1992, o qual resultou na criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAM ao instituir a Lei 11.346 de 2006.

No artigo 3º da referida lei conceitua segurança alimentar da seguinte forma: “A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade

suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis" (BRASIL, 2006).

O direito à alimentação foi aditado na Constituição Federal de 1988 através da Emenda Constitucional 64 de 04 de fevereiro 2010, neste mesmo ano por meio do Decreto nº 7.272 assinado pelo Presidente da República, institui-se a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O referido decreto estabelece a forma de gestão, o financiamento, a forma de avaliação e o controle social, tornando evidente a concentração de esforços por parte do poder público para que a população tivesse o direito humano à alimentação adequada garantido.

Nota se assim que o Brasil entende que a falta de uma alimentação adequada e nutricionalmente equilibrada afeta não somente a saúde, mas também ocasiona problemas sociais com impactos em todos os seguimentos da sociedade.

Assim o direito a educação e a alimentação são direitos fundamentais, que obriga o Estado agir por meio de programas suplementares, neste sentido, o PNAE é uma das principais e mais antiga da política pública social do Brasil no setor da segurança alimentar, o qual oportuniza a todos os estudantes que estejam devidamente matriculadas nas escolas públicas na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio tenham o acesso à alimentação saudável e adequada.

Portanto, tratar do tema alimentação escolar implica em reconhecer que a fome é um fator social e que deve ser combatido de forma a envolver os mais variados setores da sociedade, com ações educativas eficientes para formação de novos hábitos alimentares.

2.5 Influência das ações pedagógicas na formação de novos hábitos alimentares dos estudantes.

Mas afinal como as escolas se organizam pedagogicamente para implantar e implementar em seus currículos ações que versem sobre a promoção de novos hábitos alimentares saudáveis, conforme prevê a Lei 11.497/2009?

Para responder a indagação acima precisamos esclarecer que a

simples oferta de alimentos tidos como adequados ou saudáveis e algumas informações sobre estes produtos não são suficientes para garantir a promoção de novos hábitos alimentares saudáveis.

Neste sentido os profissionais da educação que atuam direta ou indiretamente com as crianças e adolescentes, receberam um papel importantíssimo no processo de inserção de novos hábitos alimentares, considerando que fenômeno da alimentação humana é bastante complexa, além de envolver diferentes aspectos (POULAIN & PROENÇA, 2003).

Por outro lado, os hábitos alimentares apesar de serem complexos tem seu aspecto cultural, que devem ser transmitidos e ensinados, para que sejam incorporados pelo indivíduo e ou grupo social (SILVA, 2009).

Portanto, o espaço escolar é reconhecido como o ambiente ideal para o desenvolvimento do programa de alimentação nutricional, pois a escola atua diretamente na formação da personalidade, contribuindo na construção de novos hábitos alimentares, e quando estes forem consolidados refletirão no ambiente familiar, frente a esta ideia é que concebe o alimento como instrumento das ações pedagógicas (PEREIRA, MOREIA, NUNES, 2020).

Mas para que as ações pedagógicas atinjam o seu propósito, é importante suscitar um ponto que de certa forma é a chave para o sucesso de cada ação, então estamos falando da formação técnica pedagógica que os profissionais devem ter, a fim de fornecer aos estudantes os conhecimentos científicos sobre alimentação saudável.

A escola por si só pode ter suas ações educativas enfraquecidas, tornando fundamental que haja o engajamento das famílias no sentido de reforçar o que foi ensinado, procurando fornecer alimentos saudáveis, orientando seus filhos sobre a qualidade e quantidade de alimentos que deve ser ingerido (PEREIRA et al., 2020).

Desse modo, as ações pedagógicas voltadas para a educação alimentar obterão sucesso, mas é fundamental que estas estejam inseridas no currículo escolar e que de fato façam parte da rotina diária da escola, e também sejam pautas frequentes nos planejamentos de cada etapas e fases do ensino básico.

3. MATERIAIS E MÉTODO

O trabalho envolveu 4 escolas públicas da rede municipal de ensino de Alta Floresta- MT, no ano de 2024 (escolas A, B, P e S), as escolas foram selecionadas considerando a localização e público atendido, para que os dados da pesquisa fossem coletados em pontos no centro do município, em bairros próximo e distantes do centro, e que demanda destas escolas fossem de estudantes que residem no bairro em que a escola pertence, bem como nos bairros circunvizinhos, e que tivessem estudantes que residissem na zona rural.

Para coleta e análise dos dados foi empregada abordagem qualitativa e quantitativa, considerando que a pesquisa necessitou reunir dados estatísticos e elementos subjetivos (PARANHOS et.al., 2016).

O trabalho foi dividido em duas etapas. Na primeira etapa inicialmente foram realizadas 09 entrevistas com roteiro semiestruturado[1] (BODGAN; BIKLEN, 1994) com os gestores e/ou coordenação pedagógica das escolas. Para isso, utilizou-se roteiro buscando caracterizar o entrevistado, levantar suas percepções sobre o PNAE e identificar as ações pedagógicas desenvolvidas pela escola relacionadas a promoção da alimentação saudável. A entrevista foi registrada através de gravação em áudio, sendo que o início da gravação somente aconteceu após os entrevistados terem lido e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE. Posteriormente, foram aplicados questionários[2] com estudantes das turmas de 5º ano, contendo questões objetivas e subjetivas (BODGAN; BIKLEN, 1994). Buscou-se com esses questionários caracterizar os estudantes, seus hábitos alimentares na escola e em casa e as ações pedagógicas relacionadas à alimentação em que participavam. Duas escolas participaram deste segundo momento, sendo que 94 pais ou os responsáveis legais, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecimento-autorização - (TCLE-autorização), autorizaram a participação de seus filhos na pesquisa. Foram obtidos 94 questionários validos para análise das respostas.

Durante a segunda etapa foram realizados 02 grupos focais (OLIVERA et al., 2020) com pais ou responsáveis dos estudantes de 05 anos de

[1] Anexo C
[2] Anexo A e B

idade das turmas de Pré-Escola II. A atividade foi registrada por meio de áudio, utilizando-se um roteiro semiestruturado, organizado em 4 momentos e 4 categorias de perguntas, sendo: local de origem e relação familiar com o estudante; cardápio escolar e mudança de hábito alimentar dos estudantes; ações pedagógicas da escola; sobre o PNAE. Os grupos focais tiveram em média duração de 45 minutos e envolveram 6 participantes na escola A e 5 participantes na escola P.

Todos os dados qualitativos registrados através das gravações de áudio foram transcritos e categorizados em três categorias, sendo elas: PNAE; cardápio escolar e percepção sobre a mudança de hábitos alimentares dos estudantes; ações e práticas pedagógicas que a escola desenvolve com o tema alimentação saudável. Os dados quantitativos obtidos pelos questionários foram organizados em planilha, sendo a frequência entre variáveis categóricas avaliada por meio do teste de Qui quadrado. Para os testes estatísticos utilizou-se o Software R, considerando 5% de significância e 95% de intervalo de confiança. Foram selecionadas 10 variáveis sendo elas: Período de estudo; Escola em que estuda; se alimenta na escola; participou em projetos de alimentação saudável; participa de projetos de cultivo de alimentos; conversa em casa sobre alimentação saudável; há sobra de alimentos no prato; participa de escolha de alimentos em casa; considera os alimentos da escola saudáveis; e número de residentes em casa.

A pesquisa foi realizada mediante o Parecer de Autorização Número 6.309.293, do Comité de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso CEP/UNEMAT, de 19 de setembro de 2023.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização dos entrevistados

Os participantes da pesquisa fazem parte dos segmentos que compõem a comunidade sendo: segmento dos estudantes, segmentos de pais ou responsáveis e segmento dos profissionais da educação representados pelos gestores escolar e coordenadores pedagógicos, conforme (Quadro 1).

Quadro 1 – Caracterização do entrevistado

Entrevistados	Total	Idade	Gênero	
Estudantes	94	10 e 11 anos	58 F	36 M
País/responsável	11	25 a 53 anos	10 F	1 M
Equipe Gestora	9	29 a 54 anos	7 F	2 M
Total	114			

Fonte: Elaborado pela autora

4.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

O PNAE enquanto uma política pública necessita de acompanhamento, de ser frequentemente avaliado, para que quando ocorram adequações seja levada em consideração a realidade de seus beneficiários e que as ações sejam exequíveis com eficiência; desta forma, seu resultado poderá ser alcançado (SILVA; COUTINHO, 2021).

O PNAE é percebido pelos gestores como um programa que promove aos estudantes segurança alimentar nutricional, no qual proporciona alimentos mais saudáveis que são produzidos pela agricultura familiar local, apesar das limitações de recursos e operacionais (Quadro 2). Neste sentido o programa tem papel fundamental no fortalecimento deste segmento, sendo em muitos casos, o principal meio para os agricultores comercializarem seus produtos (GERVAZIO et al., 2022).

Ainda que o PNAE esteja caminhando no sentido de promover a mudança nos hábitos alimentares dos estudantes da rede pública municipal de ensino de Alta Floresta (MT), os dados analisados evidenciam pontos positivos, mas por outro lado demonstram também que são necessários alguns ajustes no programa.

Quadro 2. Aspectos Positivos e Negativos acerca do PNAE, na perspectiva dos gestores das escolas públicas da rede municipal de Alta Floresta -MT, que foram pesquisadas

Pontos Positivos	Pontos Negativos
✓ Legislação que inclui estudantes e agricultura familiar	✓ Recursos enviados pelo Governo Federal são insuficientes
✓ Cardápio elaborado por nutricionista da Secretaria Municipal de Educação	✓ Melhorar em aspectos locais: Logística
✓ Variedades de alimentos frescos vindos direto do agricultor	✓ Pouco apoio aos agricultores quanto as questões burocráticas
✓ Fartura de produtos	✓ Falta de orientações técnicas aos agricultores, no que se refere ao plantio, colheita, armazenamento dos produtos
✓ Qualidade dos alimentos, pois são produzidos sem o uso de tantos agrotóxicos	
✓ O programa é referência na América Latina	
✓ O programa proporciona os nutrientes necessários para os estudantes	
✓ O programa promove aos estudantes o acesso a alimentos produzidos pela agricultura familiar local, e que no mercado são alimentos de alto custo, exemplo a Pitaya	
✓ Prática pedagógicas voltadas para ampliar a aceitação dos alimentos	

Fonte: elaborado pela autora

A respeito do item “Qualidade dos alimentos, pois são produzidos sem o uso de tantos agrotóxicos”, este é um entendimento que decorre da percepção que a sociedade de modo geral tem a respeito da agricultura familiar, como sendo uma agricultura que não agrida o ambiente, uma visão que enaltece a relação do agricultor com o ambiente, pois promove o sustento familiar, além de aliar a satisfação em trabalhar a terra de forma sustentável (BORGES et al., 2015), vinculando assim a ideia de que a produção oriunda da agricultura familiar são produzidas de forma orgânica ou com o menos uso agrotóxico, porém o uso

de agrotóxicos há muito tempo vem sendo também uma realidade na agricultura familiar (PAIVA FILHO; CARDOSO; REGO, 2020).

Para que os agricultores familiares consigam se vincularem ao PNAE, eles necessitam superar alguns desafios, destacam-se o acesso às informações, as dificuldades em cumprir o que a legislação sanitária determina; barreiras enfrentadas pela logística, produção insuficiente ou mesmo a falta de interesse por parte do agricultor (ASSIS; FRANÇA; COELHO, 2019). No caso de Alta Floresta, o município possui território de 8.955,410km² (IBGE, 2022) e muitos agricultores familiares se encontrando distantes da sede do município, prejudicando a participação ativa no programa, o que também diminui o número de diferentes produtos a serem ofertados. Essa dificuldade na entrega dos produtos pode acarretar em redução no número de agricultores envolvidos no programa, visto que atualmente no município de Alta Floresta-MT, somente 5 agricultores individuais e duas cooperativas encontram-se vinculados ao programa.

Todavia, os agricultores familiares buscam superar os desafios objetivando aderirem ao PNAE, que segundo Martinelli e Cavalli (2019) “Isto geralmente se dá por meio da criação de redes, de associações produtivas de redes agroalimentares alternativas e programas governamentais”, estas estratégias também fazem parte da realidade vivenciada pelos agricultores familiares do município de Alta Floresta, pois assim possibilitam que nas mesas escolares sejam ofertados aos estudantes uma alimentação com variedade de produtos de qualidade, in natura ou minimamente processados, visando contribuir na formação de hábitos alimentares saudáveis (MACHADO et al., 2018).

Apesar do PNAE ser uma política pública que abrange dois setores importantes da sociedade educação e agricultura familiar, e sua estrutura estar organizada para atender cerca 43,9 milhões (BRASIL, 2023) de estudantes por dia, em todo o território do Brasil, ainda as famílias dos estudantes não conhecem a abrangência do programa conforme relatam: “Conheci quando houve reunião com a nutricionista para retirada do açúcar da merenda das crianças”, (M 3). “Ouviu meu esposo falando sobre o PNAE, mas não sei muito bem o que é”, (M 6). No entanto, mesmos sem conhecer o programa as famílias percebem que alimentação que está sendo servida nas escolas pode influenciar

positivamente na vida de seus filhos e buscam dar continuidade em suas casas, nas ações que são desenvolvidas pela escola, “Aproveitei o embalo da escola em não servir açúcar e tirei em casa também”, (M 2).

Assim a relação família e a escola é o ponto principal, para que o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da criança aconteça com sucesso, sendo fundamental que a família valorize as ações que a escola desenvolve e a escola por sua vez também reconheça a importância da participação da família, onde a família se encube em dar o apoio emocional e social para a criança e a escola dispõem o ambiente educacional (NASCIMENTO et al., 2021).

Neste sentido, evidencia-se a importância da interação entre a escola e as famílias, pois Segundo Arqque, Ferreira e Figueiredo (2021) “a criança deve ter uma alimentação balanceada e controlada na escola e em casa, facilitando ainda mais seu aprendizado, capacidade física, atenção, memória, concentração”.

4. 3 Cardápio escolar e percepção sobre a mudança de hábitos alimentares dos estudantes

No município são ofertados 4 diferentes cardápios nas escolas, esses cardápios são elaborados por uma nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Educação-SME, obedecendo assim a Lei nº11.947/2009, Resolução do Conselho Federal de Nutrição- CFN nº 465/2010 e Resolução FNDE nº 06 de 08 de maio 2020.

Para elaboração do cardápio escolar a nutricionista segue as determinações estabelecidas nas normas que regem o PNAE, observando cada nível de ensino, faixa etária, priorizando a categoria dos alimentos in natura ou minimamente processados, e que os produtos da agricultura familiar constituam a base da alimentação escolar (BRASIL, 2022).

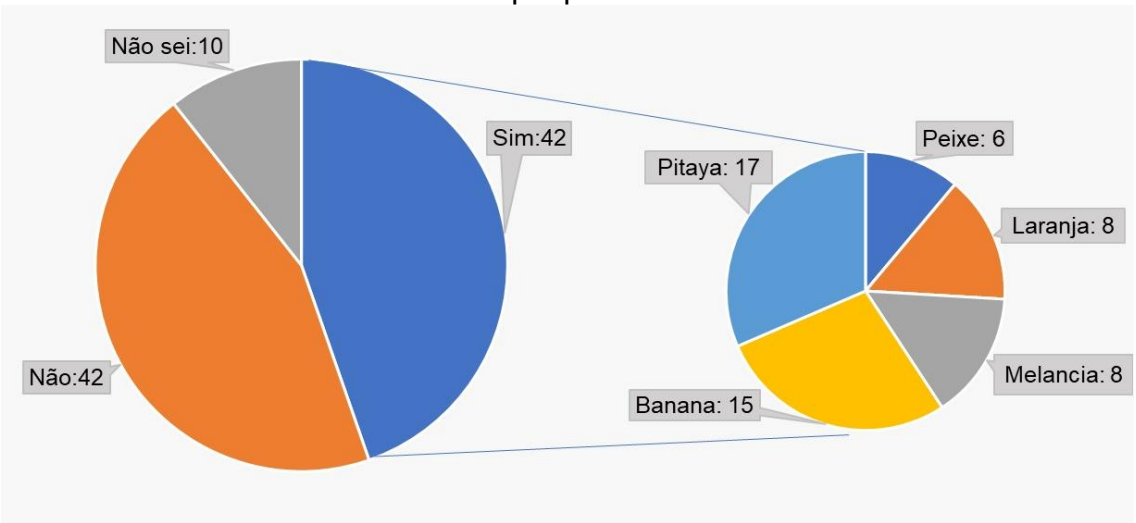
Não foi relatado pelos gestores dificuldades para cumprir o cardápio escolar uma vez que citaram a possibilidade de flexibilizar o cardápio dentro da semana, considerando que os produtos adquiridos tanto dos mercados locais como os dos agricultores familiares podem diferir entre as unidades escolares por problemas de logística de entregas. Como são os gestores escolares os responsáveis por fazerem os pedidos dos produtos alimentícios diretamente com

os produtores rurais e nos mercados, cada um planeja como vai cumprir o cardápio a partir da oferta e da entrega efetiva dos produtos.

A quantidade e perfil de refeições servidas diariamente estão planejadas para atender a realidade de cada instituição de ensino, sejam elas de educação infantil em tempo integral, parciais, escolas de ensino fundamental, escolas no perímetro urbano ou escolas do campo. No entanto, em algumas escolas a estrutura da cozinha não comporta a realização de cardápios mais elaborados.

Durante o período em que os estudantes estão nas escolas, é certo seu acesso a alimentos que são produzidos pela agricultura familiar. Dos 94 estudantes entrevistados do ensino fundamental, 42 estudantes afirmam que introduziram novos alimentos em sua alimentação em casa por serem servidos na escola, sendo que os alimentos que passaram a comer são produtos vindos da agricultura familiar (Gráfico 1), observando-se que o gráfico a esquerda representa os alunos que introduziram novos alimentos em casa, o gráfico à direita evidencia os novos alimentos que os estudantes passaram a comer em casa, e que 12 estudantes que responderam sim citaram dois alimentos.

Gráfico 1 - Estudantes que introduziram alimentos em casa por ser serem servidos em na escola e alimentos que passaram a comer em casa



Fonte: Elaborado pela autora

As novas preferências alimentares apresentadas pelos estudantes apontam que a construção do conceito de alimentação saudável vem sendo trilhada, porém, a formação total desse conceito é algo complexo e, justamente

por envolver um conceito abstrato, esta construção, que se dá através da apropriação de contínuos conhecimento recebido e de sua observação sobre comportamento humano ao longo do processo, uma vez que;

> (...) o desenvolvimento dos processos que finalmente culminam na formação de conceitos começa na fase mais precoce da infância, mas as funções intelectuais que, numa combinação específica, constituem a base psicológica do processo de formação de conceitos amadurecem, configuram-se e se desenvolvem somente na puberdade. (VYGOTSKY, 1987, p.167).

De fato, não é de uma hora para outra que a criança construirá o conceito de alimentação saudável. Ao nascer somos inseridos a uma sociedade com determinados valores culturais, influenciando, inclusive, o nosso paladar, modo de agir, viver e pensar. Tais aspectos vão sendo modificados no decorrer da vida (TEIXEIRA; ARAUJO; GARCIA, 2023).

Neste sentido, as famílias evidenciam que há certos alimentos que não eram frequentemente consumidos em casa, ou mesmo não faziam parte da dieta familiar, e por estarem presentes no cardápio escolar, as crianças passaram a comer na escola, e aos poucos estão sendo incorporados também na alimentação familiar, conforme pontuam: “Minha filha aprendeu a comer pepino e beterraba aqui na escola, e pede pra mim comprar”, (M 2). “Comeu abobrinha gostou, quer comer em casa igual é feito na escola”, (M 4).

Nota-se que sob a perspectiva dos pais, dos estudantes e dos gestores escolares que foram entrevistados, que o cardápio escolar das escolas públicas municipais de Alta Floresta (MT), vem buscando cumprir o requisito que é estabelecido pelo PNAE quanto a inclusão dos produtos da agricultura familiar, e que os estudantes percebem que a alimentação ofertada na escola, possuem alimentos que são considerados saudáveis.

4.4 Ações e práticas pedagógicas que as escolas desenvolvem com o tema alimentação saudável

No ano de 2024, nenhuma das 4 escolas pesquisadas, estava desenvolvendo projetos com o tema alimentação saudável. No entanto, os

coordenadores pedagógicos relataram que no ano anterior foram desenvolvidos ações e projetos, sendo que em uma escola o Posto de Saúde Familiar (PSF) atuou como parceiro, desenvolvendo atividades sobre alimentação, envolvendo todos os estudantes da escola.

A educação alimentar e nutricional (EAN) é tratada como uma temática da macro área Saúde, dos Temas Contemporâneo Transversais (TCTs), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Assim, a EAN não deve ser trabalhada em apenas uma área do conhecimento, devendo ser tratada de forma intradisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar (BRASIL, 2019). Destaca-se que Alta Floresta (MT) possui a Diretriz Curricular Municipal de Educação Infantil (DCMEI), e Diretriz Curricular Municipal do Ensino Fundamental (DCMEF) ambas as diretrizes foram reelaboradas com base na BNCC, e, portanto, a EAN faz parte do currículo das escolas públicas municipais de forma obrigatória, abrangente e transdisciplinar.

A EAN emerge no currículo de forma integrada aos saberes tradicionais das práticas educativas, por isso todas as áreas do conhecimento são convocadas a contribuírem, assegurando que todas as dimensões da ação humana estejam presentes em todos os espaços de ensino (BARBOSA et al., 2013). Dos 94 estudantes que participaram da pesquisa, 35 afirmam terem discutido o assunto na aula de Ciências, 3 Geografia, 2 Português e 1 na Educação Física; enquanto 53 estudantes não especificaram nenhuma das disciplinas do currículo. Porém, 3 estudantes relataram títulos de conteúdos, evidenciando que o assunto já esteve nos debates em sala de aula, tais como: Alimentos saudáveis: o que é benefício e dica para escola Brasil; Pirâmide Alimentar; O que temos que comer para se alimentar saudável

De acordo com os coordenadores pedagógicos das escolas pesquisadas, os projetos que versam sobre EAN acontecem de forma esporádica nas escolas de ensino fundamental, sendo que muitas vezes os projetos são desenvolvidos em turmas especificas, e, portanto, não atingem todos os estudantes, já nas escolas de educação infantil quando é trabalhado o tema alimentação saudável o projeto abrange todas as turmas.

A análise estatística demonstra que a frequência de estudantes que relataram ter participado de projetos/atividades que envolviam cultivo de alimentos dentro das escolas e os que consideravam os alimentos da escola

saudáveis, apresentou associação significativa com a frequência de estudantes que relataram terem introduzidos novos alimentos em casa (Tabela 1). Dentre os alimentos introduzidos destacam-se os das categorias de frutas e hortaliças.

Tabela 1 – Teste de Chi quadrado para a frequência de estudantes que relatam terem inseridos novos alimentos em casa e diferentes variáveis pesquisadas

Variáveis	Qui-quadrado	Graus de Liberdade	P
1 Período de estudo	4,188	2	0,123
2 Escola em que estuda	1,739	2	0,419
3 Se alimenta na escola	6,687	8	0,571
4 Participou em projetos de alimentação saudável	6,674	6	0,352
5 Participa de projetos de cultivo de alimentos	**18**	**4**	**0,001**
6 Conversa em casa sobre alimentação saudável	7,832	-	0,098
7 Há sobra alimentos no prato	10,631	8	0,223
8 Participa da escolha de alimentos em casa	13,439	10	0,2
9 Considera os alimentos da escola saudáveis	**11,831**	**4**	**0,019**
10 Número de residentes em casa	1,099	2	0,577

Fonte: Elaborado pela autora

O trabalho pedagógico voltado para a construção de novos hábitos alimentares não deve se limitar apenas ao acompanhamento que o professor faz durante as refeições, torna-se imprescindível a participação ativa dos estudantes durante o desenvolvimento de projetos e atividades, pois assim irá permitir que aprendam o valor nutricional, a função social e cultural da alimentação, além de possibilitar que sejam estimulados a consumirem alimentos saudáveis (YOKOTA et al., 2010).

Assim, participação do professor é essencial independente da disciplina/aula que leciona, pois ele é o principal influenciador de bons hábitos, contribuindo enquanto mediador do conhecimento teórico/prático, e sua relação de afetividade com os estudantes proporciona um aprendizado que busca despertar nos estudantes autonomia para que possam agir com consciência crítica em suas práticas alimentares (RAZUCK; FONTES; RAZUCK, 2021). A narração confirma a importância da mediação do professor;

> “Então a nossa escola ela hoje tem um buffet ,então as nossas crianças elas se servem no, no self-service e aí a gente observou que é seria necessário que os professores acompanhassem as crianças, nó horário do lanche o professor acompanha o aluno até o refeitório e acompanha ele desde o momento em que ele se serve, no sentido de incentivar o consumo daquele produto, daquele item, eles tinham muita rejeição a abóbora, quiabo, a esses itens, e a partir do momento que a gente começou a estar junto, tem incentivando comer junto, eles vêm comendo e comem também. Eles têm a opção de pegar, né, até uma coisa que me surpreendeu, a salada a gente tinha que ficar, “- Olha a salada! A salada é saudável nosso organismo precisa”. Eles têm autonomia de se servir a gente não vence colocar salada no buffet, porque eles consomem tudo, então acompanhamento ele é feito pelo professo, ele é avisado em sala, a gente não tem sino, na hora do lanche, né, cada sala tem o seu momento, e gente tem um tempo maior para se alimentar(...)”. (G-4).

Mas não é somente o professor que atua dentro deste processo, o apoio nutrição tem a responsabilidade em receber, armazenar, preparar os alimentos, até a forma em que os pratos são servidos, de maneira que busque estimular o paladar dos estudantes. Também a participação do gestor escolar é fundamental em todo o processo, pois dele depende toda organização para que o cardápio seja efetivamente cumprido, além de organizar o tempo utilizado para alimentação escolar, que também é tempo pedagógico sendo importante que os estudantes estejam acompanhamento de seus professores.

Nessa perspectiva, a concentração de esforços dos profissionais da educação é notada pelas famílias quando os estudantes no ambiente familiar, passam de forma natural a alimentar-se com alimentos que antes rejeitavam, ou pedem alimentos que não estão na dieta familiar. De acordo com as famílias entrevistadas, elas não têm informações se as escolas desenvolvem projetos com o tema alimentação, porém reconhecem que a escola desenvolve algum

tipo de atividade integradas as experiências cotidianas que estimulam as crianças a terem preferência por alimentos saudáveis, pois as crianças reproduzem falas: “A professora falou que é saudável”, (M 3). “Comer para não ficar doente”, (M 7). “Meu filho contou, que tem que comer alface para o cabelo crescer”, (P 1).

Nesse contexto, observamos que aceitabilidade dos estudantes pela alimentação escolar é influenciada por fatores resultante da experiência do estudante com os alimentos (MANCUSO et al., 2013).

5. CONCLUSÕES

O presente estudo evidencia o papel do PNAE na construção de novos hábitos alimentares em estudantes da rede pública de ensino. Este papel, entretanto, é fortemente influenciado pelas práticas e ações pedagógicas que são desenvolvidas pelas escolas, bem como o acompanhamento do professor durantes as refeições. Dentre os projetos pedagógicos, que envolvem o cultivo de alimentos foi o que apresentou maior relação com a mudança de hábitos alimentares.

Em termos operacionais, o papel da nutricionista na construção dos cardápios e a autonomia das escolas em cumpri-lo foram aspectos que destacaram como pontos centrais na estratégia de estimular os estudantes na aceitabilidade dos alimentos que são servidos advindos da agricultura familiar local.

As interações cotidianas existentes no espaço escolar influenciam nas escolhas e opiniões que estudantes vão construindo ao longo do processo formativo dos novos hábitos alimentares, assim, os professores e demais profissionais da educação exercem importante papel enquanto agentes transformadores das práticas alimentares dos estudantes, requerendo estudos que busque compreender a conexão entre os novos hábitos alimentares dos estudantes, saúde pública, consumo, modos de produção e desenvolvimento da agricultura familiar.

6. REFERÊNCIAS

ARQQUE, R. G. C.; DE SALES FERREIRA, J. C.; FIGUEIREDO, R. S. A importância nutricional da merenda escolar para a comunidade. **Research, Society and Development**, [*S. l.*], v. 10, n. 14, p. e111101421852-e111101421852, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.33448/rsd-v10i14.21852. Acesso em: 31 out. 2024.

ASSIS, T. R. P.; FRANÇA, A. G. M.; COELHO, A. M. Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília/DF, v. 57, n. 4, p. 577–593, out. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.187826. Acesso em: 25 out. 2024.

BARBOSA, N. V. S.; MACHADO, N. M. V.; SOARES, M. C. V.; PINTO, A. R. R. Alimentação na escola e autonomia - desafios e possibilidades. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 937–945, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000400005. Acesso em: 01 out. 2024.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Tradução de Maria João Alvares, Sara Bahia Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BORGES, A. M.; BONOW, C. A.; SILVA, M. R. S.; ROCHA, L. P.; CEZAR-VAZ, M. R. Agricultura familiar e a conservação da saúde humana e ambiental. **Revista Brasileira de Enfermagem,** [*S. l.*], v. 69, n. 2, p. 326–334, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-7167.201669021. Acesso em: 19 nov. 2024.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas.** 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://cbd0282.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/02/bourdieu-pierre-a-economia-das-trocas-simbc3b3licas.pdf. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, SE, Mesa Diretora 2019/2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2020.** Altera o art. 6º da Constituição Federal de 1988. 2010. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/540667. Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010**. Presidência da República. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional. Acesso em: 27 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos de educação básica. Senado Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 1 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas contemporâneos transversais na BNCC**. Brasília, DF: MEC, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia_pratico_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

BRASIL. Conselho Federal de Nutrição (CFN). Resolução CFN nº 465/2010, de 23 de agosto de 2010. Dispõe sobre as atribuições do nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, 23 ago. 2010. Disponível em: http://sisnormas.cfn.org.br:8081/viewPage.html?id=465. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Conselho Deliberativo (CD). Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Diário Oficial da União**, Brasília, 2020. Disponível em: file:///C:/Users/usuario/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20N%C2%BA%2006%20-%20Compilada%20com%20a%2020.2020_21_2021_com%20link%20(2).pdf. Acesso em: 7 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Planejamento de cardápio para alimentação escolar**. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/MANUAL_V8.pdf. Acesso em: 24 set. 2024.

CASTRO, S. F. F.; MELGAÇO, M. B.; SOUZA, V. M. G.; SANTOS, K. S. Convergência de políticas públicas educacionais na promoção da alimentação adequada e saudável. **Revista Panamericana de Salud Publica**, Washington DC, v. 43, e96, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.26633/RPSP.2019.96. Acesso em: 23 mar. 2023.

CERVATO-MANCUSO, A. M.; WESTPHAL, M. F.; ARAKI, E. L.; BÓGUS, C. M. School feeding programs' role in forming eating habits. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 324–330, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-05822013000300008. Acesso em: 1 nov. 2024.

DA SILVA, R. M.; COUTINHO, D. J. G. Políticas públicas e sociedade. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação,** São Paulo, v. 7, n. 10, p. 48-60, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.51891/rease.v7i10.2419. Acesso em: 20 set. 2024.

GERVAZIO, W.; DE SOUSA, K. F.; ROBOREDO, D.; DE FIGUEIREDO, A. M. C.; DE OLIVEIRA, A. L. A. Programa nacional de alimentação escolar: dificuldades na aquisição da agricultura familiar na perspectiva dos gestores de escolas estaduais em

Alta Floresta-MT. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 307-321, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.33240/rba.v17i4.23682. Acesso em: 14 out. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidade e Estados, Territórios**. Brasília, DF: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/alta-floresta.html. Acesso em: 3 ago. 2024.

KROTH, D. C.; GEREMIA, D. S.; MUSSIO, B. R. Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma política pública saudável. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, p. 4065–4076, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.31762018. Acesso em: 23 out. 2024.

MACHADO, L. S.; ROCKETT, F. C.; PIRES, G. C.; CORRÊA, R. S.; DE OLIVEIRA, A. B. A. Alimentos orgânicos e/ou agroecológicos na alimentação escolar em municípios do Rio Grande do Sul, Brasil. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 101–115, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.12957/demetra.2018.30699. Acesso em: 26 ago. 2024.

MARTINELLI, S. S.; CAVALLI, S. B. Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 4251-4262, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-812320182411.30572017. Acesso em: 26 out. 2024.

MARTINS, J. S. **Ímpares sociais e políticos em relação à reforma agrária e a agricultura familiar no Brasil**. Santiago, Chile, 2001. Disponível em: https://www.passeidireto.com/arquivo/68820925/impasses-sociais-e-politicos-em-relacao-a-reforma-agraria-e-a-agricultura-famili. Acesso em: 6 abr. 2023.

MOURA JUNIOR, E. L.; CIDREIRA, J. H.; MORAIS, M. J. Comer para aprender: o papel vital da alimentação escolar na educação, diálogos com Lei 11.947/2009. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [*S. l.*], v. 17, n. 3, p. e5551, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.55905/revconv.17n.3-177. Acesso em: 18 nov. 2024.

NASCIMENTO, F. E. M.; PAIVA, M. R. F.; FROTA, R. C.; SOUSA, M. H. A. A relação família e escola no processo educativo: uma revisão integrativa. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, Viçosa, v. 32, n. 2, p. 1–24, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.31423/oikos.v32i2.11824. Acesso em: 20 nov. 2024.

OLIVEIRA, G. S. *et al.* Grupo focal: uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa? **Cadernos da FUCAMP**, v. 19, n. 41, 2020. Disponível em: https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2208. Acesso em: 23 out. 2024.

PARANHOS, R.; FIGUEIREDO FILHO, D. B.; ROCHA, E. C.; SILVA JÚNIOR, J. A.; FREITAS, D. Uma introdução aos métodos mistos. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, n. 42, p. 384–411, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/15174522-018004221. Acesso em: 24 out. 2024.

PEREIRA, T. R.; MOREIRA, B.; NUNES, R. M. A importância da educação alimentar e nutricional para alunos de séries iniciais. **Lynx**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, 2020.

Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/lynx/article/view/25591/20619. Acesso em: 23 out. 2024.

POULAIN, J.-P.; PROENÇA, R. P. C. Reflexões metodológicas para o estudo das práticas alimentares. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 16, n. 4, p. 365–379, 2003. Disponível em: https://www.academia.edu/6365513/Reflex%C3%B5es_metodol%C3%B3gicas_para_o_estudo_das_pr%C3%A1ticas_alimentares. Acesso em: 12 jun. 2023.

SARLET, I. W. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SILVA, E. O.; AMPARO-SANTOS, L.; SOARES, M. D. Alimentação escolar e constituição de identidades dos escolares: da merenda para pobres ao direito à alimentação. **Cadernos de Saúde Pública,** v. 34, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/gdwmZwGHLwkPhX6wKBXk44B//?lang=pt. Acesso em: 14 mar. 2024.

SILVA, E. C. R.; FONSECA, A. B. Abordagens pedagógicas em educação alimentar e nutricional em escolas no Brasil, 2009. **VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências.** Florionópolis: VIIEnpec, 2009. Disponível em: https://www.fep.if.usp.br/~profis/arquivos/viienpec/VII%20ENPEC%20-%202009/www.foco.fae.ufmg.br/cd/pdfs/1694.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

SILVA, J. A. **Curso de direito constitucional positivo.** 25. ed. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 2005.

RAZUCK, R. C. S. R.; FONTES, P. G.; RAZUCK, F. B. A influência do professor nos hábitos alimentares. **Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, [*S.l*], v. 7, p. 1-9, 2011. Disponível em: https://abrapec.com/atas_enpec/viiienpec/resumos/R0048-2.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

TEIXEIRA, K. M. A.; DE ARAÚJO, R. F.; GARCIA, P. P. C. A influência da família e meio social na formação do hábito alimentar do pré-escolar e escolar. **Research, Society and Development,** [*S. l.*], v. 12, n. 6, p. e19912642202-e19912642202, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.33448/rsd-v12i6.42202. Acesso em: 26 out. 2024.

YOKOTA, R. T. C. *et al*. Projeto "A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis": comparação de duas estratégias de educação nutricional no Distrito Federal, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 37-47, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1415-52732010000100005. Acesso em: 2 set. 2024.

ANEXOS

ANEXO A - Questionário estruturado para os estudantes – Período Matutino

Caracterização do estudante

a) Qual Escola que estuda?

_____

b) Em que bairro você mora?

_____

c) Quantas pessoas moram na sua casa?

_____

d) Qual sua idade? _____

e) Qual o seu gênero? ( ) masculino ( ) feminino

Sobre alimentação escolar e hábitos alimentares

a) Antes de vir para a escola você toma café da manhã?
( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei

b) Ao chegar na escola você tomo o café da manhã
( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei

c) Em todas as refeições ofertadas na escola você se alimenta?
( ) Sim, sempre ( ) Não, nunca
( ) Sim, mas nem sempre ( ) Não sei
( ) Sim, mas raramente

d) Caso você escolha não se alimentar com as refeições ofertadas na escola, quais os motivos?

_____
_____
_____

e) Quais os alimentos preferidos que a escola oferta para você?

_____
_____
_____
_____

f) Há alimentos que antes não comiam e agora passou a comer por serem servidos na escola?
( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei

g) Em caso de resposta positiva na questão anterior, quais alimentos você passou a comer em sua casa?

_____
_____
_____
_____

h) É comum sobrar alimentos no seu prato na escola?

( ) Sim, sempre ( ) Não
( ) Sim, mas nem sempre ( ) Não sei
( ) Sim, mas raramente

i) Quais alimentos ofertados pela escola que você geralmente não consome?

_____
_____
_____
_____

j) Em casa, sua opinião é levada em conta para a compra de alimentos?
( ) Sim, sempre ( ) Não
( ) Sim, mas nem sempre ( ) Não sei
( ) Sim, mas raramente

Sobre as ações pedagógicas

a) Para você, o que significa ter uma alimentação saudável?

_____
_____
_____
_____

b) Você considera que a alimentação ofertada na escola é saudável?
( ) Sim, todas as refeições ( ) Não
( ) Sim, a maioria ( ) Não sei
( ) Sim, mas só algumas

c) Você já participou de algum projeto que tratasse sobre alimentação saudável?
( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei

d) Em quais disciplinas vocês já discutiram sobre alimentação saudável?

_____
_____

e) Aqui na escola já cultivou algum tipo de alimento?
( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei

f) Você na sua casa conversa sobre a importância da alimentação saudável?
( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei

ANEXO B - Questionário estruturado para os estudantes – Período Vespertino

Caracterização do estudante

a) Qual Escola que estuda?

_____

b) Em que bairro você mora?

_____

c) Quantas pessoas moram na sua casa?

_____

d) Qual sua idade? _____

e) Qual o seu gênero? ( ) masculino ( ) feminino

Sobre alimentação escolar e hábitos alimentares

a) Antes de vir para a escola você almoça?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei

b) Ao chegar na escola você almoça?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei

c) Em todas as refeições ofertadas na escola você se alimenta?

( ) Sim, sempre ( ) Não, nunca

( ) Sim, mas nem sempre ( ) Não sei

( ) Sim, mas raramente

d) Caso você escolha não se alimentar com as refeições ofertadas na escola, quais os motivos?

_____

_____

_____

e) Quais os alimentos preferidos que a escola oferta para você?

_____

_____

_____

_____

f) Há alimentos que antes não comiam e agora passou a comer por serem servidos na escola?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei

g) Em caso de resposta positiva na questão anterior, quais alimentos você passou a comer em sua casa?

_____

_____

_____

_____

h) É comum sobrar alimentos no seu prato na escola?

( ) Sim, sempre ( ) Não

( ) Sim, mas nem sempre ( ) Não sei

( ) Sim, mas raramente

i) Quais alimentos ofertados pela escola que você geralmente não consome?

_____
_____
_____
_____

j) Em casa, sua opinião é levada em conta para a compra de alimentos?

( ) Sim, sempre ( ) Não
( ) Sim, mas nem sempre ( ) Não sei
( ) Sim, mas raramente

Sobre as ações pedagógicas

a) Para você, o que significa ter uma alimentação saudável?

_____
_____
_____
_____

b) Você considera que a alimentação ofertada na escola é saudável?

( ) Sim, todas as refeições ( ) Não
( ) Sim, a maioria ( ) Não sei
( ) Sim, mas só algumas

c) Você já participou de algum projeto que tratasse sobre alimentação saudável?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei

d) Em quais disciplinas vocês já discutiram sobre alimentação saudável?

_____
_____

e) Você aqui na escola já cultivou algum tipo de alimento?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei

f) Você na sua casa conversa sobre a importância da alimentação saudável?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei

ANEXO C - Roteiro semiestruturado para entrevista com a gestão escolar

Caracterizando o(a) entrevistado(a)

a) Em qual escola você atua?
b) Qual bairro você reside?
c) Qual a sua idade?
d) Quanto tempo você exerce a profissão de profissional da educação?
e) Quanto tempo você está na função de gestor(a) escolar?

Sobre o PNAE

a) Quantas refeições a escola serve por dia?
b) Quem elabora o cardápio das refeições servidas na escola?
c) A escola sempre cumpre o que está previsto no cardápio?
d) Como a escola realiza a aquisição dos produtos alimentícios para o cumprimento do cardápio?
e) Quando falta algum produto para o cumprimento do cardápio do dia como a escola se organiza para cumprir o cardápio?
f) Na sua percepção o PNAE cumpre seu papel proporcionar aos estudantes uma alimentação saudável e de qualidade?

Sobre as ações pedagógicas desenvolvidas pela escola

a) A escola desenvolve algum tipo de projeto sobre alimentação saudável? Quais?
b) Como é feito o acompanhamento dos estudantes nos momentos das refeições?
c) A escola dialoga com as famílias dos estudantes sobre a alimentação escolar? Em que momento e feito este dialogo?
d) Há estudantes que não se alimentam na escola, nesta casos o que a escola faz?
e) Há estudantes que apresenta algum tipo de restrição alimentar, como é feito para suprir esta demanda?
f) Na sua percepção os estudantes vêm modificando seus hábitos alimentares?
g) A escola recebe alguma informação das famílias sobre as novas preferências alimentares dos seus(suas) filhos(as)? Descreva que tipo de informação a escola recebe.

ANEXO D - Roteiro semiestruturado para a atividade de grupo focal com os pais ou responsáveis dos estudantes dos Pré-escolar II

1 - **Acolher os participantes**;

2 - **Dinâmica**: " A teia do envolvimento" - Objetivo é apresentar os participantes do grupo; Materiais necessário – um rolo de barbante pequeno; Procedimento- com os participantes sentados em círculo, a pesquisadora inicia orientando os participantes sobre como a será a dinâmica e amarra a ponta do barbante em seu, dedo indicador e faz sua apresentação inicial dizendo seu nome, sua formação, seu hobbie, na sequência escolhe um participante e joga com cuidado para que este pegue e faça sua apresentação e assim por diante até que todos tenham se apresentado, será orientado para que os participantes memorize os nomes dos demais.

3 - **1º Momento da discussão perguntas gerais sobre local origem, relação familiar com o estudante,**

a) De onde vocês são/ bairro onde moram/quanto tempo moram neste bairro?
b) Qual s sua relação familiar com estudante do Pré-escolar II?
c) Quantas pessoas moram na mesma casa?

4 - **2º Momento- Cardápio escolar e mudança de hábito alimentar dos estudantes** - a pesquisadora apresentará e estimulará os participantes a responderem:

a) Se eles têm conhecimento do cardápio escolar;
b) Se o tipo de alimentação que é servido na escola se parece com alimentação da família?
c) Quais os produtos alimentícios do cardápio que a família não tem o hábito de consumir?
d) A família tem percebido que a criança vem modificando seu hábito alimentar e consumindo algum alimento que antes não consumiam e por serem servidos na escola passaram a consumir?
e) Quando vão fazer a compra de alimentos familiar a criança sugere que comprem algum tipo de alimento que eles comem na escola?

5 - **3º Momento – Sobre as ações pedagógicas da escola**

a) A escola deixa o cardápio sempre exposto?
b) Vocês sempre que possível olham no cardápio com a finalidade de saberem o que está sendo servido, naquele dia?
c) Quando seus filhos não se alimentam na escola vocês são comunicados?
d) As crianças conversam com vocês o que aprendem na escola sobre a alimentação saudável?
e) Vocês têm conhecimento se a escola desenvolve algum projeto sobre alimentação saudável?

6 - **4º Momento – Sobre o PNAE**

a) Vocês já ouviram falar sobre o Programa Nacional de Alimentação escolar-PNAE?
b) Vocês acham que o PNAE está contribuindo na formação de novos hábitos alimentares pelos estudantes?
c) O que vocês acham que poderia ser diferente no programa ou está tudo bem no seu ponto de vista?

7 - **5º Momento - Encerramento**, a pesquisadora abre o espaço para os participantes falarem o que quiserem ou façam algum tipo de questionamento sobre o assunto, agradece a participação.

ANEXO E - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITE DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP

Parecer Consubstanciado do Comite de Ética em Pesquisa - CEP

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DE MATO GROSSO - UNEMAT

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DO CAMPO A MESA ESCOLAR:
Produtos da agricultura familiar na construção de novos hábitos alimentares dos estudantes da rede municipal de ensino

Pesquisador: Sindineia Rosa de Oliveira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 73755723.8.0000.5166

Instituição Proponente: UNEMAT

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.309.293

Apresentação do Projeto:

A pesquisa tem como propósito analisar a importância do PNAE na construção de novos hábitos alimentares pelos estudantes da rede pública municipal de ensino de Alta Floresta-MT, considerando que os hábitos alimentares se modificam ao longo da vida, porém os hábitos saudáveis ou não, são construídos na infância e adolescência, e estes permanecem para todo o seu ciclo vital (MADRUGA et al., 2012). A pesquisa será desenvolvida no município de Alta Floresta - MT, os dados serão coletados em quatro unidades escolares, duas que atendem a Educação Infantil e duas de Ensino Fundamental, são as escolas: de Educação Infantil Escola Municipal Anjo da Guarda, Escola Municipal Princípio da Sabedoria JVC Junior, e de Ensino Fundamental Escolas Municipal Professor Benjamin Padoa e Escola Municipal Professora Sônia Maria Faleiro. A natureza da presente pesquisa é quali-quanti, nesta abordagem permite a combinação das duas abordagens qualitativa e quantitativa proporcionando condições favoráveis para que se realize a análise do tema “Produtos da agricultura familiar na construção de novos hábitos alimentares dos estudantes da rede municipal de ensino”, com maior profundidade, considerando que a pesquisa necessita reunir dados que são obtidos a partir de elementos que são característicos das duas abordagens, onde a quantitativa levantaremos dados estatísticos externos ao sujeito e na qualitativa dedicaremos a significar os valores, as atitudes, pois são elementos subjetivos dos sujeitos e não podem serem quantificados.

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1095
Bairro: Cavalhada II **CEP:** 78.200-000
UF: MT **Município:** CACERES
Telefone: (65)3221-0067 **E-mail:** cep@unemat.br

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRIMÁRIO:

Analisar a importância do PNAE na construção de novos hábitos alimentares pelos estudantes da rede pública municipal de ensino de Alta FlorestaMT

OBJETIVO SECUNDÁRIO:

-Identificar os desdobramentos que a legislação brasileira dá quanto o direito à alimentação escolar;

-Identificar a aceitação dos estudantes ao consumirem os alimentos da agricultura familiar que são servidos in natura ou minimamente processado e se este novo hábito alimentar vem se estendendo ao convívio familiar;

-Conhecer as ações pedagógicas desenvolvidas pelas escolas públicas municipal de Alta Floresta, na perspectiva de construir novos hábitos alimentares nas crianças e adolescentes.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

- A pesquisa apresenta garantia de que danos previsíveis serão evitados, como preconiza a resolução 466/2012.

A pesquisa apresenta, como preconiza a resolução 466/2012:

- Ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- Garantia de que danos previsíveis serão evitados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta:

- Respeito aos participantes da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida;
- Ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- Garantia de que danos previsíveis serão evitados; e
- Relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados de acordo com as exigências da resolução 466/2012 e a Norma Operacional 001/2013 do CNS-Conselho Nacional de Saúde.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso CEP/UNEMAT após análise do protocolo em comento, de acordo com a resolução 466/2012 e a Norma Operacional 001/2013 do CNS, é de parecer que não há restrição ética para o desenvolvimento da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2205606.pdf	31/08/2023 17:42:47		Aceito
Folha de Rosto	_Folha_De_Rosto.pdf	31/08/2023 17:16:36	Sindineia Rosa de Oliveira	Aceito
Outros	_curriculo_vinicius.pdf	31/08/2023 17:10:43	Sindineia Rosa de Oliveira	Aceito
Outros	_curriculo_sindineia.pdf	31/08/2023 17:09:17	Sindineia Rosa de Oliveira	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	15_Termo_de_ciencia_diretor_campus.pdf	31/08/2023 17:07:15	Sindineia Rosa de Oliveira	Aceito
Outros	12_Declaracao_infraestrutura_escolas.pdf	31/08/2023 16:15:01	Sindineia Rosa de Oliveira	Aceito
Outros	_Questionario_e_roteiros.pdf	31/08/2023 16:09:55	Sindineia Rosa de Oliveira	Aceito
Outros	11_TCLE_autorizacao.pdf	30/08/2023 17:17:01	Sindineia Rosa de Oliveira	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	30/08/2023 17:14:29	Sindineia Rosa de Oliveira	Aceito
Orçamento	_Ocamento.pdf	30/08/2023 17:08:44	Sindineia Rosa de Oliveira	Aceito
Outros	4_declaracao_inicio.pdf	30/08/2023 16:59:55	Sindineia Rosa de Oliveira	Aceito
Outros	1_Oficio.pdf	30/08/2023 16:57:06	Sindineia Rosa de Oliveira	Aceito
Outros	5_Termo_resp_ciencia.pdf	30/08/2023 16:55:55	Sindineia Rosa de Oliveira	Aceito

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	10_TALE.pdf	30/08/2023 16:46:40	Sindineia Rosa de Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	9_TCLE.pdf	30/08/2023 16:46:16	Sindineia Rosa de Oliveira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	3_Projeto.pdf	30/08/2023 16:45:11	Sindineia Rosa de Oliveira	Aceito
Declaração de Pesquisadores	8_Termo_resp_vinicius.pdf	30/08/2023 16:43:52	Sindineia Rosa de Oliveira	Aceito
Declaração de Pesquisadores	8_Termo_resp_sindineia.pdf	30/08/2023 16:40:16	Sindineia Rosa de Oliveira	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

CACERES, 19 de Setembro de 2023

Assinado por:
Raul Angel Carlos Olivera
(Coordenador(a))